



02 - 09 | 2025

AS IMPLICAÇÕES FISCAIS DAS AMORTIZAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO NA CONTABILIDADE DAS EMPRESAS EM LUANDA, ANGOLA.

The tax implications of fixed amortization assets in the accounting of companies in Luanda, Angola.

Las implicaciones fiscales de la amortización de activos fijos en la contabilidad de las empresas de Luanda, Angola.

N'diweni Julieta Nogueira Augusto¹ | Linda Clementina Singui Nambua Lusivika² | Vawenda Francisco³ | Nzalakanda Nlandu Lema Domingos⁴

¹Licenciada, Instituto Superior Politécnico de Ndalaatando, Angola, ndiweninogueira12@gmail.com

²Mestre, Instituto Superior Politécnico de Ndalaatando, Angola, lindaclementina@yahoo.com.br

³Mestre, Instituto Superior Politécnico de Ndalaatando, Angola, vawendavfo90@gmail.com; ORCID 0009-0006-1637-9299

⁴Mestre, Instituto Superior Politécnico de Ndalaatando, Angola, landolema77p@gmail.com; ORCID 0009-0003-7521-8880

Autor para correspondência: vawendavfo90@gmail.com

Data de recepção: 01-06-2025

Data de aceitação: 15-08-2025

Data da Publicação: 02-09-2025

Como citar este artigo: Augusto, N. J. N.; Lusivika, L. C. S. N.; Francisco, V. & Domingos, N. N. L. (2025). *As implicações fiscais das amortizações do activo imobilizado na contabilidade das empresas em Luanda, Angola*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(8), pp. 63-75.
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/11>

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as implicações fiscais no tratamento das amortizações de ativos imobilizados na empresa Krish Comércio e Indústria, Lda., em Luanda, Angola, destacando os desafios enfrentados na conformidade com as normas fiscais e contábeis. Para isso, adotou-se uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo e transversal, utilizando métodos dedutivo-indutivo e analítico-sintético, com suporte em pesquisa bibliográfica e documental. A

coleta de dados foi realizada por meio de inquéritos aplicados a 15 participantes da empresa, permitindo compreender a percepção dos profissionais sobre os impactos fiscais das amortizações. Os resultados indicaram que 67% dos inquiridos consideram as implicações fiscais das amortizações como negativas, evidenciando dificuldades na gestão desses processos. As principais barreiras identificadas referem-se às divergências entre as normas contábeis e fiscais, especialmente na definição da vida útil dos ativos e nos métodos de depreciação, fatores que podem comprometer a saúde

financeira da empresa e gerar penalizações. Além disso, constatou-se que a falta de conhecimento sobre a legislação fiscal vigente aumenta os riscos de não conformidade, impactando diretamente a competitividade da organização. Assim, destaca-se a importância das amortizações não apenas como uma exigência contábil, mas como uma ferramenta estratégica para a precisão dos relatórios financeiros e a sustentabilidade empresarial. Conclui-se que a harmonização entre normas contábeis e fiscais é fundamental para garantir a conformidade, minimizar riscos financeiros e promover a competitividade e o crescimento sustentável da empresa no ambiente regulatório angolano.

Palavras-chave: Activos imobilizados, amortizações, contabilidade, empresa, legislação fiscal.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the tax implications of the treatment of amortization of fixed assets in the company Krish Comércio e Indústria, Lda. in Luanda, Angola, highlighting the challenges faced in complying with tax and accounting standards. To this end, a quantitative, descriptive and cross-sectional approach was adopted, using deductive-inductive and analytical-synthetic methods, supported by bibliographic and documentary research. Data was collected through surveys applied to 15 participants in the company, allowing us to understand the professionals' perception of the tax impacts of amortization. The results indicate that 67% of those surveyed

consider the tax implications of depreciation to be negative, highlighting difficulties in managing these processes. The main barriers identified refer to divergences between accounting and tax standards, especially in the definition of the useful life of assets and depreciation methods, factors which can compromise the company's financial health and generate penalties. In addition, the lack of knowledge about current tax legislation increases the risk of non-compliance, directly impacting the organization's competitiveness. This highlights the importance of amortization, not just as an accounting requirement, but as a strategic tool for accurate financial reporting and corporate sustainability. The conclusion is that harmonization between accounting and tax standards is fundamental to guaranteeing compliance, minimizing financial risks and promoting the company's competitiveness and sustainable growth in the Angolan regulatory environment.

Keywords: Fixed assets, amortization, accounting, company, tax legislation.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue analizar las implicaciones fiscales del tratamiento de la amortización del inmovilizado en la empresa Krish Comercio e Industria, Lda. en Luanda, Angola, destacando los desafíos enfrentados en el cumplimiento de las normas fiscales y contables. Para ello, se adoptó un enfoque cuantitativo, descriptivo y transversal, utilizando métodos deductivo-inductivo y analítico-sintético, apoyados en investigación bibliográfica y documental. Los datos se recogieron mediante encuestas aplicadas a 15 empresas participantes, que



permitieron conocer la percepción de los profesionales sobre los impactos fiscales de la amortización. Los resultados indican que el 67% de los encuestados consideran negativas las implicaciones fiscales de la amortización, destacando las dificultades en la gestión de estos procesos. Las principales barreras identificadas se refieren a las divergencias entre las normas contables y fiscales, especialmente en la definición de la vida útil de los activos y los métodos de amortización, factores que pueden poner en peligro la salud financiera de la empresa y generar sanciones. Además, el desconocimiento de la legislación fiscal vigente aumenta el riesgo de incumplimiento, lo que repercute directamente en la competitividad de la organización. Todo ello pone de manifiesto la importancia de la amortización no sólo como requisito contable, sino como herramienta estratégica para la elaboración de informes financieros precisos y la sostenibilidad de las empresas. La conclusión es que la armonización entre las normas contables y fiscales es fundamental para garantizar el cumplimiento, minimizar los riesgos financieros y promover la competitividad y el crecimiento sostenible de las empresas en el entorno normativo angoleño.

Palabras clave: Activos fijos, depreciación, contabilidad, empresa, legislación fiscal.

Contribuição de autoria (por autor):

N'diweni Julieta Nogueira Augusto: analizou e avaliou críticas das teorias existentes, garantiu que todos os dados relevantes estejam corretamente documentados, identificou o problema de pesquisa e definiu os objetivos do estudo, organizou das referências bibliográficas;

Linda Clementina Singui Nambua Lusivika: revisou a gramática e a ortográfica, conduziu a entrevista e registro detalhado de respostas, fez o levantamento de estudos e artigos científicos, verificou a

consistência dos dados e identificou padrões iniciais;

Vawenda Francisco: organizou as informações em uma base de dados acessível e segura, organizou reuniões e alinhamento das actividades de pesquisa, definiu a metodologia de pesquisa e critérios de colecta;

Nzalakanda Nlandu Lema Domingos: criou representações visuais de formas a ilustrar os resultados obtidos, organizou os dados colectados, ajustou a formatação e conferência da estrutura do documento.

INTRODUÇÃO

O contexto fiscal e contábil de um país é fundamental na sustentabilidade e no crescimento das empresas. A contabilidade fiscal, em particular, é um elemento central na gestão das obrigações tributárias e na apresentação precisa da situação financeira das organizações. Por meio dessa ferramenta, as empresas garantem não apenas a conformidade com as exigências fiscais, mas também identificam oportunidades para a otimização tributária, refletindo sua posição económica de maneira eficiente e estratégica (Cunha & Rodrigues, 2004). Neste sentido, a amortização de activos imobilizados, um tema central na contabilidade fiscal, apresenta desafios significativos, especialmente quando as normas contábeis e fiscais divergem.

A amortização de activos imobilizados refere-se ao processo de distribuição do custo desses activos ao longo de sua vida útil, impacta directamente os resultados financeiros e as obrigações fiscais das empresas. A aplicação inadequada desse processo pode resultar em distorções nos relatórios financeiros, afecta a base tributária e, consequentemente, as taxas de imposto a serem pagas. A complexidade dessa prática é ainda mais acentuada nas normas fiscais de países em desenvolvimento, como Angola, onde a adaptação às exigências contábeis e

fiscais se torna uma tarefa desafiadora (Tomas, 2013; Silva, 2014).

Em Angola, a divergência entre as abordagens contábeis e fiscais é particularmente significativa, especialmente no tratamento de activos imobilizados. A contabilidade, que visa reflectir a realidade económica da empresa, frequentemente entra em conflito com as exigências fiscais, que impõem limitações rigorosas sobre o montante de amortizações aceitas (Sequeira, 2016; Barbosa & Oliveira, 2021). O Código do Imposto Industrial (2014) e o Decreto Presidencial 207/15, que regulam as amortizações em Angola, estabelecem parâmetros específicos que muitas vezes não correspondem à realidade operacional das empresas, criando um dilema entre a busca pela conformidade fiscal e a necessidade de reflectir adequadamente a situação económica da organização (Costa & Almeida, 2019; Lima & Pereira, 2022).

O estudo de Quintino (2022) sobre o sistema fiscal angolano ressalta a importância da correcta aplicação das normas de amortização para evitar a sobrecarga tributária, considerando a necessidade de transparência e clareza nas práticas fiscais. O autor também destaca a crescente importância da capacitação das empresas em relação à legislação fiscal vigente, com ênfase na utilização correcta das amortizações, respeita tanto as normas contábeis quanto as fiscais.

O sistema fiscal angolano, em constante evolução, exige que as empresas sejam extremamente cuidadosas na forma como registam e aplicam suas amortizações. A falta de uma regulamentação clara ou de uma interpretação uniforme das normas fiscais agrava as dificuldades que as empresas lidam no processo de adaptação (Gomes & Silva, 2020). Muitas vezes, as empresas são obrigadas a apresentar documentação detalhada, como declarações de venda e registos de activos, para comprovar a legitimidade das amortizações. Essa exigência, somada à fiscalização constante

das autoridades tributárias, pode resultar em riscos de penalidades caso as amortizações não atendam aos critérios fiscais estipulados.

Não obstante, a gestão adequada das amortizações de activos imobilizados possui implicações substanciais para o fluxo de caixa das empresas e sua competitividade no mercado. De acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC, 2001), a estimativa da vida útil dos ativos é uma questão de julgamento, e essa estimativa pode necessitar de revisão ao longo do tempo, acrescentando uma camada adicional de complexidade ao processo de amortização (Alves & Santos, 2021). Assim, as empresas devem gerenciar as amortizações não apenas como uma obrigação tributária, mas também como uma ferramenta estratégica para garantir eficiência e sustentabilidade a longo prazo (Mendes, 2019).

Nesta conformidade, a seguinte pergunta de partida surge: Quais são as implicações fiscais no tratamento das amortizações do activo imobilizado na contabilidade financeira da empresa Krish Comércio e Indústria, Lda, localizada em Luanda, Angola?

O presente estudo visa, analisar as implicações fiscais decorrentes do tratamento das amortizações do activo imobilizado na contabilidade financeira da empresa Krish Comércio e Indústria, Lda. Especificamente, procura-se estudar as normas contábeis e fiscais aplicáveis ao tratamento das amortizações do activo imobilizado; avaliar o cumprimento das normas fiscais e os critérios contábeis adotados pela empresa; e determinar as implicações das normas fiscais no apuramento do lucro tributável da Krish Comércio e Indústria, Lda. Com isso, a compreensão das divergências entre as normas contábeis e fiscais impactam as empresas angolanas, em particular a empresa em questão, na aplicação e gestão das amortizações de seus activos imobilizados.



Essa análise é indispensável, pois proporciona uma visão mais profunda sobre as implicações fiscais das práticas contábeis em um mercado emergente como o de Angola, permitindo que as empresas adoptem uma abordagem mais alinhada às exigências fiscais, ao mesmo tempo em que preservam sua saúde financeira (Silva, 2014; Sequeira, 2016). Além disso, o estudo pretende buscar uma base sólida para que as empresas aprimorem suas práticas contábeis, garantindo que as amortizações sejam realizadas de forma eficiente e em conformidade com as normas fiscais, evitando penalidades e optimiza sua carga tributária (Silva, 2020; Pires, 2021). Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para uma compreensão mais profundo sobre as implicações fiscais das amortizações, auxiliando as empresas na tomada de decisões mais conscientes e estratégicas.

A diferença entre contabilidade fiscal e contabilidade financeira

A contabilidade fiscal e a contabilidade financeira, embora ambas se debrucem sobre o registo e a gestão de informações económicas das empresas, têm objectivos distintos. Enquanto a contabilidade financeira visa reflectir a real situação patrimonial da empresa, a contabilidade fiscal está voltada para a optimização das obrigações tributárias, obedecendo às normas fiscais que frequentemente podem diferir das normas contábeis (Cunha & Rodrigues, 2004). Nesta conformidade, Alves e Santos (2021), a distinção entre essas duas áreas é particularmente relevante no tratamento de activos imobilizados, uma vez que as amortizações, que afetam diretamente o balanço patrimonial e a demonstração de resultados, são tratadas de maneiras diferentes por ambas as vertentes. A contabilidade fiscal frequentemente limita o valor das amortizações dedutíveis, o que pode impactar a avaliação da empresa.

Barbosa e Oliveira (2021) reforçam que essa divergência pode gerar distorções no planeamento tributário das empresas, pois as normas fiscais, em muitos casos, não

permitem que as empresas amortizem seus activos de maneira tão flexível quanto as normas contábeis permitem. Esse desequilíbrio pode gerar consequências negativas, principalmente para as empresas que buscam minimizar sua carga tributária.

Harmonização das normas fiscais e contábeis

A harmonização entre as normas fiscais e contábeis é um desafio importante nas economias em desenvolvimento, como Angola. Costa e Almeida (2019) abordam como a falta de alinhamento entre as normas fiscais e as práticas contábeis pode resultar em dificuldades para as empresas na gestão de seus activos imobilizados. A divergência de normas pode levar a distorções nos relatórios financeiros e também afectar as obrigações fiscais das empresas, pois, ao não reconhecerem correctamente o valor de seus activos, as empresas podem estar sujeitas a autuações fiscais e penalidades.

A procura por uma maior convergência entre essas normas é um processo contínuo, sendo que algumas economias, como a brasileira, têm avançado na adopção de normas internacionais, mas países como Angola ainda enfrentam desafios nessa área. A literatura tem demonstrado que, para que as empresas possam ter uma visão precisa de sua saúde financeira e, ao mesmo tempo, optimizar suas obrigações fiscais, é imprescindível que haja uma maior harmonização entre as normas fiscais e contábeis (Pinto & Oliveira, 2021).

O impacto das amortizações na redução da carga tributária

As amortizações de activos imobilizados exerce um papel significativo na redução da carga tributária das empresas, pois, ao deduzirem o valor da amortização dos lucros tributáveis, as empresas podem reduzir o montante do imposto devido. Ferreira e Mendes (2022) destacam que, em Angola, as empresas utilizam as amortizações como uma estratégia para reduzir o impacto dos impostos, dado que o sistema fiscal permite essa dedução. No entanto, eles também

observam que as regras fiscais são rígidas quanto à classificação dos activos e sua vida útil, o que pode limitar a flexibilidade das empresas na aplicação das amortizações.

Gomes e Silva (2020) ressaltam que, para que as empresas maximizem os benefícios fiscais das amortizações, é fundamental compreender as regras tributárias e aplicá-las de forma eficaz. Eles argumentam que uma correcta gestão das amortizações pode não apenas reduzir a carga tributária, mas também melhorar a competitividade das empresas, especialmente em mercados emergentes como o de Angola, onde a concorrência fiscal é intensa.

Desafios fiscais e oportunidades no tratamento dos activos imobilizados em Angola

O regime fiscal de Angola, embora esteja em evolução, ainda impõe grandes desafios para as empresas no que diz respeito ao tratamento das amortizações dos activos imobilizados. Lima e Pereira (2022) observam que o sistema fiscal angolano exige um tratamento específico para os activos imobilizados, com regras detalhadas sobre a dedução de amortizações. Desta forma, a aplicação dessas normas tem se mostrado um desafio para as empresas, especialmente aquelas que lidam com activos de longa duração, como os imóveis e equipamentos industriais.

Barbosa (2020) acrescenta que, apesar das dificuldades, o tratamento fiscal adequado das amortizações pode trazer benefícios significativos para as empresas, como a redução de custos tributários e uma melhor alocação dos recursos. No entanto, a falta de clareza nas normas fiscais pode dificultar esse processo, e é necessário que as empresas angolanas busquem um maior alinhamento com as melhores práticas internacionais de contabilidade e tributação para otimizar os benefícios fiscais (Mendes, 2019).

A utilização das estimativas de vida útil e os desafios no sector industrial

O tratamento das amortizações de activos imobilizados depende em grande parte das estimativas de vida útil dos activos, que são subjectivas e variam de acordo com a natureza do bem e o contexto económico da empresa. Oliveira e Silva (2022) destacam que, no sector industrial, a determinação da vida útil dos activos pode ser desafiadora, uma vez que a obsolescência tecnológica e as condições operacionais podem afectar a durabilidade dos activos. Em mercados emergentes como Angola, onde a infraestrutura e a tecnologia podem não estar plenamente desenvolvidas, essas estimativas podem ser ainda mais imprecisas.

Por outro lado, Silva e Costa (2021) argumentam que as estimativas de vida útil precisam ser constantemente revisadas para reflectir as mudanças nas condições de uso e no mercado. Essa revisão é fundamental para garantir que as amortizações sejam aplicadas corretamente e que as empresas evitem problemas fiscais futuros. O impacto das estimativas de vida útil é, portanto, um factor crucial na gestão dos activos imobilizados e na conformidade fiscal das empresas (Pires, 2021).

As implicações fiscais nas empresas angolanas

A conformidade tributária das empresas angolanas com as normas fiscais, especialmente no que diz respeito à amortização de activos imobilizados, é um tema central para garantir a sustentabilidade económica das organizações. Ferreira e Silva (2020) destacam que a conformidade tributária, embora essencial, apresenta um custo significativo para as empresas, que muitas vezes precisam de assessoria especializada para garantir que as suas práticas estejam alinhadas com as exigências fiscais do país.

A prática inadequada das amortizações pode levar a custos fiscais elevados, além de



representar um risco de penalidades. Silva (2020) reforça que as divergências entre as normas contábeis e fiscais tornam a gestão das amortizações um processo complexo, que exige atenção cuidadosa por parte dos gestores financeiros das empresas. Este cenário reforça a necessidade de capacitação das empresas e dos seus gestores para lidar com os desafios fiscais e garantir uma contabilidade eficiente e em conformidade com as normas fiscais (Silva, 2014).

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste estudo, adoptamos uma abordagem quantitativa combinada com um estudo descritivo e transversal, que é um método de pesquisa social que utiliza técnicas estatísticas. Os dados foram colectados por meio de um inquérito por questionário com perguntas fechadas, aplicado a uma amostra de 15 funcionários, composta por 2 gestores e 13 técnicos dos departamentos de contabilidade, fiscalidade e finanças da empresa Krish Comércio e Indústria, Lda. O objectivo foi obter informações sobre as implicações fiscais no tratamento das amortizações dos activos imobilizados na contabilidade financeira.

A análise dos dados foi fundamentada em técnicas estatísticas. Além disso, aplicamos métodos dedutivo-indutivo e analítico-sintético, complementados por uma pesquisa bibliográfica e documental, que permitiu uma compreensão aprofundada dos aspectos teóricos relacionados com a temática.

A análise descritiva consistiu na coleta de dados empíricos, organização e interpretação de informações numéricas por meio de instrumentos estatísticos apropriados. O objetivo principal foi sintetizar uma série de valores da mesma natureza, permitindo uma visão abrangente das variações desses dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise descritiva consistiu na coleta de dados empíricos, organização e

interpretação de informações numéricas por meio de instrumentos estatísticos apropriados. O objetivo principal foi sintetizar uma série de valores da mesma natureza, permitindo uma visão abrangente das variações desses dados.

A tabela a seguir apresenta a distribuição das funções exercidas pelos colaboradores da Krish Comércio e Indústria, Lda. A análise dos dados revela que, entre os 15 inquiridos, 40% ocupam a função de técnicos, destacando-se como o grupo mais representativo. Gestores e contabilistas correspondem a 13,3% cada, enquanto 6,7% são fiscalistas e 26,7% exercem outras funções. Essa diversidade de funções é fundamental para compreender a dinâmica organizacional da empresa e as diferentes contribuições para a análise das implicações fiscais e contábeis.

Tabela 1 - Função que exerce na empresa krish comércio e indústria, Lda.

Função	Número de Inquiridos	Percentual (%)
Gestores	2	13,3%
Contabilistas	2	13,3%
Fiscalista	1	6,7%
Técnicos	6	40%
Outras funções	4	26,7%
Total	15	100%

Fonte: elaboração própria

Tabela 2- Amortização dos Ativos Imobilizados da Empresa Krish Comércio e Indústria, Lda.

Resposta	Frequência	Percentagem
Sim	5	33,3%
Não	10	66,7%
Talvez	0	0,0%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

Dos 15 inquiridos revelou que 66,7% acreditam que nem todos os activos imobilizados da empresa Krish Comércio e Indústria, Lda. são amortizáveis, enquanto 33,3% consideram que são. De acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC) e o Código do Imposto Industrial, apenas os

activos imobilizados que estão sujeitos à depreciação podem ser considerados amortizáveis. A empresa possui diversos equipamentos essenciais para a transformação de produtos, todos atendendo aos critérios do PGC, mas alguns não são reconhecidos como amortizáveis para fins fiscais.

Equipamentos como a Máquina de impressão rotogravura e a Impressora industrial de papelão não cumprem os requisitos do Código do Imposto Industrial, que exige documentação específica para a amortização de bens imóveis. Além disso, os custos de amortização do tanque de armazenamento de aço não são aceitos fiscalmente, conforme a legislação vigente. Como resultado, as despesas com amortização que não estão em conformidade podem elevar o lucro tributável da empresa, potencialmente resultando em multas e juros fiscais. A tabela 3 a seguir ilustra a percepção dos inquiridos sobre a amortização dos activos imobilizados na empresa.

Tabela 3 - Importância das Amortizações dos Activos Imobilizados

Resposta	Frequência	Percentagem (%)
Sim	15	100%
Não	0	0%
Talvez	0	0%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

A importância das amortizações dos activos imobilizados é amplamente reconhecida, com 100% dos inquiridos afirmando que essa prática é essencial. A depreciação vai além de uma formalidade contábil; ela é fundamental para manter a precisão dos registos financeiros e reflectir o valor real dos activos. Segundo Tómas (2013), o objectivo da depreciação é corrigir o valor dos activos fixos, alinhando-os à sua realidade económica. Essa prática assegura

que as demonstrações financeiras da empresa sejam fiéis à situação patrimonial, permitindo uma avaliação mais precisa do desempenho e da saúde financeira.

Além disso, ao amortizar os activos, a empresa se protege contra a superavaliação de seu património, evitando surpresas desagradáveis decorrentes de avaliações inflacionadas. A percepção unânime dos inquiridos sobre a importância das amortizações indica uma compreensão clara de que, sem esse ajuste, a sustentabilidade financeira da empresa pode ser comprometida a longo prazo. Assim, a prática de amortização não só cumpre exigências contábeis e fiscais, mas também fortalece a base estratégica da empresa, permitindo uma gestão mais eficaz dos recursos e um planeamento financeiro sólido.

Tabela 4 - Critério de Fixação da Vida Útil dos Activos Imobilizados

Critério	Frequência	Percentagem (%)
Utilização esperada do activo	3	20%
Desgaste e estragos físicos esperados	0	0%
Obsolescência técnica	0	0%
Limites legais ou semelhantes sobre o uso do activo	12	80%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

A análise da fixação da vida útil dos activos imobilizados revela uma divisão significativa entre os inquiridos: 20% acreditam que a vida útil deve ser determinada pela utilização esperada do activo, enquanto 80% preferem basear-se em limites fiscais. Essa diferença é crucial para compreender como as empresas gerenciam seus activos. Segundo o Plano Geral de Contabilidade (PGC), a vida útil deve ser definida pela utilidade esperada, o que pode



exigir revisões ao longo do tempo. Em contrapartida, o Código do Imposto Industrial (CII) estabelece limites anuais para reintegrações e amortizações, que são obrigatórios para a definição da vida útil.

A empresa Krish Comércio e Indústria, Lda. segue as directrizes do Decreto Presidencial 207/15, assegura que suas taxas e vida útil estejam em conformidade com as normas contábeis e fiscais. Essa abordagem não só promove uma gestão eficaz dos activos, mas também fortalece a estratégia financeira da empresa. A conformidade com as directrizes contábeis e os limites fiscais é vital para manter a transparência e a integridade financeira, evitando problemas futuros relacionados a custos ou perdas do exercício que não estejam dentro dos parâmetros legais.

Tabela 5 - Método de Cálculo das Amortizações

Método	Frequência	Percentagem (%)
Método das quotas constantes ou linha recta	14	93,3%
Método de saldo decrescente	0	0%
Método das unidades de produção	1	6,7%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

Em relação aos métodos de cálculo das amortizações, 93,3% dos inquiridos afirmaram que a Krish Comércio e Indústria, Lda. utiliza o método das quotas constantes, enquanto apenas 6,7% acreditam que a empresa adota o método das unidades de produção. Essa preferência pela abordagem das quotas constantes é significativa, pois reflete uma escolha tradicional e amplamente aceita. Segundo o artigo 27º, o cálculo das amortizações deve ser realizado por esse método, que distribui uniformemente o custo do ativo ao longo de sua vida útil, facilitando o planejamento financeiro e a previsibilidade dos resultados.

Magro e Magro (2015) enfatizam que a escolha do método deve considerar como os benefícios econômicos futuros do ativo serão consumidos. A utilização do método das quotas constantes, conforme evidenciado no anexo do mapa de amortização, não apenas garante conformidade legal, mas também proporciona uma gestão financeira mais estável. Essa abordagem permite à empresa otimizar seus recursos e planejar de maneira eficaz para o futuro, alinhando a prática contábil com a realidade operacional da organização.

Tabela 6 - Diferenças nas Disposições Fiscais e Contabilísticas

Diferenças Principais	Frequência	Percentagem (%)
Definição da vida útil, método de depreciação e o imobilizado	9	60%
Valorimetria, periodização das amortizações e amortização de imóveis	4	26,7%
Outras disposições	2	13,3%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

A tabela revela que 60% dos inquiridos veem como principais fontes de constrangimento questões relacionadas à definição da vida útil dos activos e ao método de depreciação, enquanto 26,7% mencionam divergências em valorimetria e periodização das amortizações. Essas discrepâncias nas abordagens fiscais e contábeis impactam a gestão e o relato dos activos, criando confusão e incertezas que podem afectar a conformidade e a tomada de decisões.

A discrepancia no alinhamento entre definições e métodos pode resultar em inconsistências nos relatórios financeiros, prejudicando a transparência e a confiança dos stakeholders. Portanto, é essencial que as empresas compreendam essas diferenças e adoptem práticas que minimizem os

constrangimentos, facilitando a conformidade regulatória e promovendo uma gestão mais eficiente dos activos.

Tabela 7 - Impacto das Diferenças Fiscais e Contabilísticas nas Demonstrações Financeiras

Resposta	Frequência	Percentagem (%)
Sim	7	46,7%
Não	4	26,7%
Talvez	4	26,7%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

A tabela mostra que 46,7% dos inquiridos afirmam que as diferenças fiscais e contábeis impactam significativamente a elaboração das demonstrações financeiras (DFs), enquanto 26,7% acreditam que não há impacto e 26,7% têm dúvidas.

O Plano Geral de Contabilidade (PGC) indica que algumas bases de valorimetria diferem das disposições fiscais, e essas diferenças não devem comprometer as DFs, devendo ser consideradas apenas para o cálculo do lucro tributável. Isso ressalta a importância de entender as normas contábeis e fiscais para evitar inconsistências e desconfiança nas informações financeiras. As empresas precisam garantir que suas DFs refletem com precisão sua saúde financeira, atendendo também às exigências fiscais. A transparência contábil é essencial para a conformidade legal e para fortalecer a credibilidade junto a investidores e stakeholders. Assim, é necessário desenvolver uma estratégia que equilibre as exigências contábeis e fiscais, promovendo uma gestão financeira sólida.

Tabela 8 - Implicações Fiscais no Tratamento das Amortizações

Implicações Fiscais	Frequência	Percentagem
Definição da vida útil, definição do método de depreciação e o imobilizado a ser depreciado	8	53,3%
Regras estabelecidas na lei relacionadas à valorimetria, periodização das amortizações e amortização de imóveis	2	13,3%
Regras estabelecidas na lei relacionadas à consistência na aplicação do método, amortização de bens adquiridos em estado de uso, amortização de bens de valor reduzido e regularização de amortização	5	33,3%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

A tabela indica que, entre 15 inquiridos, 53,3% destacam a definição da vida útil, o método de depreciação e os imobilizados como factores críticos nas implicações fiscais das amortizações. Outros 13,3% mencionam regras sobre valorimetria e 33,3% enfatizam a consistência na aplicação de métodos.

A Krish Comércio e Indústria, Lda. enfrenta penalizações por incumprimento do Código do Imposto Industrial, resultando em um lucro tributável corrigido de 14.118.170,62 e um imposto em falta de 3.529.542,65, além de multa e juros, totalizando 5.261.339,35 a pagar. Essas penalizações ressaltam a necessidade de um tratamento adequado das amortizações e conformidade tributária, pois a falta de atenção pode resultar em custos

elevados e afectar a reputação da empresa. É fundamental que a Krish revise suas práticas contábeis e fiscais para garantir uma gestão financeira em conformidade.

Tabela 9 - Implicações Fiscais nas Amortizações dos Activos Imobilizados

Implicações Fiscais	Frequência	Percentagem
Negativas	10	67%
Positivas	2	13%
Sem Posição	3	20%
Total	15	100%

Fonte: Elaboração própria

A tabela demonstra que 67% dos inquiridos consideram as implicações fiscais na amortização dos activos imobilizados



negativas, reflectindo uma preocupação generalizada sobre o impacto das regras fiscais na gestão dos activos. Apenas 13% veem essas implicações como positivas, enquanto 20% não têm uma posição clara, realça incerteza ou falta de informação.

Esses dados ressaltam a necessidade de um diálogo mais profundo sobre como as normas fiscais afectam a amortização dos activos. É importante que as empresas compreendam essas implicações, pois podem impactar a saúde financeira e a estratégia a longo prazo. Promover treinamentos e discussões internas pode ajudar a alinhar percepções e optimizar a gestão dos activos, minimizando os efeitos negativos identificados pela maioria dos inquiridos.

Os resultados da pesquisa sobre as implicações fiscais na Krish Comércio e Indústria, Lda. revelam uma preocupação significativa: 67% dos inquiridos consideram as implicações fiscais negativas, indicando que a conformidade tributária é um desafio que pode limitar o crescimento sustentável da empresa. A divergência entre normas contábeis e fiscais é central, com 60% identificando a definição da vida útil, o método de depreciação e os imobilizados como fontes de constrangimento.

A falta de alinhamento entre essas normas pode resultar em penalidades severas e gestão financeira ineficaz. Como afirmam Costa e Almeida (2019), a desarmonização resulta em distorções nos relatórios financeiros e prejudica a confiança dos investidores. Portanto, é essencial promover um diálogo proativo entre autoridades fiscais e empresas para criar um ambiente regulatório claro.

A pesquisa também ressalta a importância da capacitação, com 53,3% dos inquiridos destacando a definição da vida útil e o método de depreciação como cruciais. A capacitação ajuda a evitar erros custosos e permite identificar oportunidades de otimização tributária. Neste sentido, a gestão adequada das amortizações é vital para a saúde financeira da empresa, pois, como

mencionado por Tómas (2013), a depreciação ajusta o valor dos activos, evitando a superavaliação.

Os desafios enfrentados pela Krish reflectem uma realidade comum entre muitas empresas angolanas, enfatiza a urgência de harmonização entre normas fiscais e contábeis, a necessidade de capacitação contínua e a importância estratégica das amortizações. As empresas devem adoptar uma abordagem proactiva para garantir conformidade e prosperidade em um mercado competitivo, pois a sustentabilidade financeira e a posição no mercado dependem disso.

CONCLUSÃO

Os resultados do estudo revelam desafios significativos para as empresas que operam em Angola, especialmente no que diz respeito às divergências entre normas contábeis e fiscais. A percepção de 67% dos inquiridos sobre os impactos negativos dessas diferenças reforça a necessidade urgente de uma abordagem mais integrada entre os dois sistemas. A pesquisa também destaca a importância da capacitação empresarial na legislação fiscal vigente, uma vez que a falta de conhecimento pode levar a práticas inadequadas, resultando em custos adicionais e comprometendo a sustentabilidade financeira das organizações. Assim, investir em formação e treinamento é essencial para transformar desafios em oportunidades e garantir conformidade com as normas fiscais.

Além disso, a unanimidade dos inquiridos sobre a relevância das amortizações evidencia que essa prática deve ser compreendida não apenas como uma exigência contábil, mas como uma estratégia fundamental para a gestão financeira das empresas. A correta aplicação das amortizações contribui para a precisão dos relatórios financeiros e reflete a real situação econômica das organizações. As penalizações identificadas pela AGT reforçam a necessidade de uma gestão proativa e informada para evitar sanções e

Augusto, N. J. N.; Lusivika, L. C. S. N.; Francisco, V. & Domingos, N. N. L. (2025). *As implicações fiscais das amortizações do activo imobilizado na contabilidade das empresas em Luanda, Angola.*

otimizar a carga tributária. Portanto, as empresas angolanas, especialmente a Krish Comércio e Indústria, Lda., devem adotar uma postura mais estratégica e consciente, buscando harmonizar as normas contábeis e fiscais, investir na capacitação contínua e melhorar a gestão financeira para assegurar crescimento sustentável e competitividade no mercado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, F., & Santos, R. (2021). *Análise comparativa entre a contabilidade fiscal e financeira no tratamento de ativos imobilizados.* Revista de Gestão Contábil, 15(2), 112-128.
- Barbosa, S., & Oliveira, A. (2021). *Desafios fiscais no tratamento dos ativos imobilizados em países em desenvolvimento.* Revista de Contabilidade Global, 12(1), 22-40.
- Costa, R., & Almeida, L. (2019). *A harmonização entre as normas contábeis e fiscais na contabilização de ativos imobilizados.* Revista Internacional de Contabilidade e Tributação, 7(3), 88-102.
- Cunha, A., & Rodrigues, L. (2004). *Contabilidade e fiscalidade: Uma relação difícil de conciliar.* Coimbra: Editora Alfa.
- Ferreira, F., & Mendes, A. (2022). *O papel da amortização na redução da carga tributária das empresas em Angola.* Revista de Tributação e Economia, 12(3), 34-51.
- Ferreira, L., & Silva, A. (2020). *A conformidade tributária e os custos fiscais das empresas em*
- Angola. Revista de Direito Fiscal, 9(4), 65-80.
- Gomes, T., & Silva, P. (2020). *Implicações fiscais da amortização de ativos em mercados emergentes: O caso de Angola.* Revista de Estudos Tributários, 6(4), 55-72.
- Lima, J., & Pereira, M. (2022). *Reintegrações e amortizações no sistema fiscal angolano: Desafios e oportunidades para as empresas.* Jornal de Contabilidade e Finanças, 8(3), 33-50.
- Mendes, L. (2019). *Implicações fiscais das amortizações no setor industrial em Angola.* Revista Angolana de Economia e Gestão, 10(1), 25-40.
- Oliveira, M., & Silva, D. (2022). *A utilização das estimativas de vida útil na amortização de ativos imobilizados: Estudo de caso de empresas em Luanda.* Revista de Contabilidade e Administração, 11(3), 18-33.
- Pinto, J., & Oliveira, L. (2021). *Amortizações fiscais e contábeis: O caso de Angola e suas implicações nas empresas.* Revista Internacional de Gestão Fiscal, 11(1), 50-67.
- Pires, G. (2021). *O regime fiscal de amortização de ativos imobilizados e seus efeitos económicos nas empresas em Angola.* Estudos Fiscais e Contábeis, 7(2), 82-98.
- Sequeira, P. (2016). *Princípios fundamentais da tributação: Capacidade contributiva e justiça fiscal.* Lisboa: Editora Almedina.
- Silva, J. (2014). *Contabilidade financeira e fiscal: Uma abordagem prática.*



Porto: Editora Universidade do Porto.

Silva, P., & Costa, V. (2021). *O impacto das taxas de reintegração nas empresas angolanas: Análise crítica*. Estudos Fiscais e Tributários, 5(2), 45-58.

Silva, R. (2020). *O impacto das divergências contábeis e fiscais na gestão dos ativos imobilizados*. Revista Angolana de Economia e Negócios, 14(4), 112-125.

Silva, P. (2020). *As implicações fiscais das amortizações na gestão contábil das empresas*. Revista de Contabilidade e Gestão, 8(2), 12-29.

Tomas, R. (2013). *Gestão de activos imobilizados na contabilidade das empresas*. São Paulo: Editora Atlas.

Quintino, E. (2022). *O dever tributário e a capacidade contributiva no sistema fiscal angolano*. Revista Angolana de Direito Tributário, 11(2), 77-92.

Barbosa, L. (2020). *A aplicação das normas de amortização no Código do Imposto Industrial de Angola*. Jornal de Contabilidade e Finanças Empresariais, 9(2), 25-40